que isso implique a derrogação, ainda que parcial, do presente despacho;

1.2 — Direcção e controlo sobre os actos delegados;

1.3 — Modificação ou revogação dos actos praticados pelos delegados.

2 — Em todos os actos praticados no exercício da presente delegação de competências o delegado deverá fazer menção expressa dessa competência delegada utilizando a seguinte expressão: «Por delegação do Chefe do Serviço de Finanças, o Adjunto».

IV — Produção de efeitos. — Este despacho produz efeitos, quanto à adjunta Emília Rosa Moreira da Silva Marques, desde 3 de Janeiro de 2005, quanto ao adjunto Alírio Rendeiro Vieira, desde 28 de Abril de 2005, e quanto à adjunta Maria de Lurdes de Oliveira Moreira, desde 2 de Maio de 2005, ficando por este meio ratificados todos os despachos por eles proferidos sobre matérias incluídas no âmbito desta delegação de competências.

13 de Julho de 2006. — O Chefe do Serviço de Finanças de Oliveira de Azeméis 1, *Rui Manuel Santos Abreu*.

Despacho (extracto) n.º 16 810/2006

I — Competências subdelegadas. — No âmbito da delegação de competências do director de finanças de Aveiro, constante do despacho de 31 de Julho de 2006, ao abrigo do disposto nos artigos 62.º da lei geral tributária (LGT) e 35.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), subdelego as competências referidas no n.º 1.1, 1.3 a 1.16 e 1.18 do capítulo II, nos seguintes funcionários:

1) Chefe da Divisão de Inspeção Tributária I (DIT I), inspector tributário assessor Ângelo Manuel Loureiro Manero Lemos, relativamente à unidade orgânica em que superintende, bem como as competências do funcionário mencionado no n.º 2), nas suas faltas, ausências e impedimentos;

2) Chefe da Divisão de Inspeção Tributária II (DIT II), técnico economista assessor principal Abel Fernandes Ramos, relativamente à unidade orgânica em que superintende, bem como as competências do funcionário mencionado no n.º 1), nas suas faltas, ausências e impedimentos;

3) Inspectora tributária assessora Gisélia Maria Sá Monteiro, relativamente às competências dos funcionários mencionados nos n.ºs 1) e 2), nas suas faltas, ausências ou impedimentos.

II — Disposições diversas. — 1 — Ficam revogadas, após a data da publicação deste despacho, quaisquer outras subdelegações efectuadas.

2 — Não vigora o poder de subdelegar nas subdelegações supra-estabelecidas.

3 — Promova-se a publicação do respectivo aviso no *Diário da República* através da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da DGCI.

2 de Agosto de 2006. — O Director de Finanças-Adjunto de Aveiro, *Armindo Dias Lourenço*.

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 16 811/2006

Por despacho de 22 de Junho de 2006, foi renovada a comissão de serviço, para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau, com a designação de director de contabilidade, do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral do Orçamento, ao licenciado João Alberto Amaral Caeiro, por um período de três anos, com efeitos a partir de 22 de Agosto de 2006, inclusive.

31 de Julho de 2006. — O Subdirector-Geral, *Eduardo Sequeira*.

Instituto de Informática

Aviso n.º 8563/2006

Por despacho de 6 de Julho de 2006 do presidente do conselho de direcção:

A licenciada Cláudia da Silva Jorge, especialista de informática do grau 1, nível 3, do quadro de pessoal do Instituto de Informática foi promovida, ao abrigo do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, e do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, na categoria de especialista de informática do grau 2, nível 1, do quadro de pessoal do mesmo Instituto.

O licenciado Bruno Duarte Gomes da Silva Quintais, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto de Informática foi promovido, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado e republicado pela

Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, na categoria de técnico superior principal do quadro de pessoal do mesmo Instituto.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

12 de Julho de 2006. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Luisa Maria Pinheiro de Almeida Fernandes*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 16 812/2006

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o mestre em Direito Marco Alexandre da Silva Capitão Costa Ferreira, técnico superior principal do Instituto Nacional de Transportes Ferroviários, para exercer as funções de adjunto jurídico do meu Gabinete, em regime de requisição.

2 — O nomeado fica autorizado a exercer as actividades previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de Julho de 2006.

24 de Julho de 2006. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Despacho n.º 16 813/2006

1 — Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego no director do Instituto de Defesa Nacional, Dr. João Correia Marques de Almeida, a competência para, no âmbito do respectivo Instituto:

a) Autorizar a inscrição e participação de pessoal em congressos, seminários, colóquios, reuniões, estágios, acções de formação ou outras missões específicas no estrangeiro e que impliquem deslocações, desde que integrados em actividades do Instituto ou inseridos em planos aprovados, bem como devidamente orçamentados, e tendo em consideração as medidas de contenção da despesa pública;

b) Autorizar deslocações em serviço ao estrangeiro e no estrangeiro e, bem assim, o processamento dos correspondentes abonos, tendo em consideração as medidas de contenção da despesa pública;

c) Autorizar, em deslocações oficiais e título excepcional, a utilização de avião no continente, nos termos do previsto no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 18 de Agosto;

d) Autorizar trabalho extraordinário, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º e do n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

e) Autorizar a concessão de licença sem vencimento por um ano e de licença sem vencimento de longa duração e regresso à actividade, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 76.º, no n.º 2 do artigo 78.º e no n.º 3 do artigo 82.º, todos do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

f) Conferir posse ao pessoal dirigente cuja competência de nomeação esteja legalmente cometida ao Ministro da Defesa Nacional;

g) Autorizar a acumulação de funções públicas nos casos previstos no n.º 2, alíneas b), c) e d), e no n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

h) Autorizar, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 50/78, de 29 de Março, funcionários e agentes a conduzir veículos afectos ao Instituto de Defesa Nacional.

2 — As competências delegadas pelo presente despacho podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no subdirector.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 3 de Julho de 2006, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo director do Instituto de Defesa Nacional que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

24 de Julho de 2006. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Despacho n.º 16 814/2006

1 — Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei